

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



João Lisboa/MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Março - 2022



**VILSON SOARES FERREIRA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL**

**WILKA GABRIELLE DE VASCONCELOS SOUSA
SECRETÁRIA DE SAÚDE**

SUMÁRIO

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Covid-19 Repasse União
- 9.6. Covid-19 Recursos Próprios
- 9.7. Covid-19 Repasse Estadual

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Informações Territoriais

UF	MA
Município	JOÃO LISBOA
Região de Saúde	Imperatriz
Área	1.126,52 Km ²
População	23.740 Hab
Densidade Populacional	22 Hab/Km ²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS) Data da consulta: 12/2021

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE JOAO LISBOA MA
Número CNES	6867987
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
Endereço	RUA XV DE NOVENBRO S/N
Email	jlma.gov@hotmail.com

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) Data da consulta: 12/2021

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	VILSON SOARES FERREIRA LIMA
Secretário(a) de Saúde em Exercício	WILKA GABRIELLE DE VASCONCELOS SOUSA
E-mail secretário(a)	pmjlma@hotmail.com
Telefone secretário(a)	99991258878

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 12/2021

1.4.Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	01/2009
CNPJ	11.939.565/0001-55
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	VILSON SOARES FERREIRA LIMA

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 12/2021

1.5.Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS) Data da consulta: 12/2021

1.6.Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Imperatriz

Município	Área (Km ²)	População (Hab)	Densidade
AMARANTE DO MARANHÃO	7669.09	41729	5,44
BURITIRANA	818.416	15467	18,90
CAMPESTRE DO MARANHÃO	615.379	14453	23,49
CAROLINA	6441.559	24165	3,75
DAVINÓPOLIS	337.041	12916	38,32
ESTREITO	2718.96	42527	15,64
GOVERNADOR EDISON LOBÃO	615.85	18520	30,07
IMPERATRIZ	1367.901	259337	189,59
JOÃO LISBOA	1126.517	23740	21,07
LAJEADO NOVO	1047.725	7602	7,26
MONTES ALTOS	1338.39	9111	6,81
PORTO FRANCO	1417.483	24092	17,00
RIBAMAR FIQUENE	900.483	7825	8,69
SENADOR LA ROCQUE	746.738	14050	18,82
SÃO JOÃO DO PARAÍSO	2053.83	11193	5,45
SÍTIO NOVO	3114.827	18160	5,83

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS) Ano de referência: 2021

1 .7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	RUA 15 DE NOVEMBRO 0 CENTRO	
E-mail	pmjlma@hotmail.com	
Telefone	9991285630	
Nome do Presidente	VALDIRENE MACIEL SANDES	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	6
	Governo	3
	Trabalhadores	3
	Prestadores	

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Ano de referência: 12/2021

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA

**Data de Apresentação na
Casa Legislativa**

2. INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de João Lisboa apresenta o Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao ano de 2021, em atendimento aos preceitos da Portaria GM/MS nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 e da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que definem o objetivo desse instrumento, bem como, os prazos e fluxos para sua elaboração e apreciação pelos Conselhos de Saúde.

O RAG é um instrumento básico de planejamento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS), de acordo com o conjunto de Diretrizes, Objetivos, Metas, Indicadores (DOMI) e Recursos orçamentários e financeiros destas, orientando os eventuais ajustes no Plano de Saúde (PS). Assim sendo, o presente relatório refere-se à execução de metas da Programação Anual de Saúde 2021 contida no Plano Municipal de Saúde (PMS) 2018-2021, iniciando assim, o ciclo de quatro anos de vigência deste Plano e seu acompanhamento.

Este relatório é encaminhado ao respectivo Conselho de Saúde por meio do DigiSUS Gestor – Módulo de Planejamento (DGMP), configurando-se em uma importante ferramenta de apoio ao aprimoramento do processo de construção dos relatórios trimestrais e anual de prestação de contas.

O DigiSUS tem como foco o registro e monitoramento dos Instrumentos Básicos de Planejamento do SUS, considerando que estes são responsabilidade legal de todos os entes federados, devendo ser desenvolvidos de forma contínua, articulada, integrada e solidária entre as três esferas de Governo, vincula ainda outros sistemas como o SIOPS, SCNES, IBGE, SISAUD-SUS.

A estrutura deste RAG, aqui apresentado, segue as orientações do sistema DigiSUS, e sua elaboração foi coordenada pela SEMUS – SETOR DE PLANEJAMENTO, que optou pela metodologia de análise e discussão dos conteúdos, considerando transparência, objetividade e capacidade de análise do exercício, bem como as informações coletadas através de instrumento junto aos técnicos das coordenações da SEMUS e do Conselho Municipal de Saúde, tendo em vista as metas para o controle social.

3. DADOS DEMOGRÁFICOS E DE MORBIMORTALIDADE

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	980	937	1917
5 a 9 anos	972	930	1902
10 a 14 anos	1020	972	1992
15 a 19 anos	1092	1076	2168
20 a 29 anos	2030	2163	4193
30 a 39 anos	1779	1910	3689
40 a 49 anos	1336	1474	2810
50 a 59 anos	953	1118	2071
60 a 69 anos	673	803	1476
70 a 79 anos	399	499	898
80 anos e mais	188	265	453
Total	11422	12147	23569

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE
(DataSUS/Tabnet) Data da consulta: 12/2021.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2016	2017	2018	2019
João Lisboa	448	476	478	493

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 12/2021.

3.3.Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2016	2017	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	184	165	231	246	263
II. Neoplasias (tumores)	104	103	95	104	78
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	7	15	3	10	11
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	64	70	55	59	46
V. Transtornos mentais e comportamentais	2	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	13	19	32	14	12
VII. Doenças do olho e anexos	1	1	-	-	2
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	3	5	1	2	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	105	105	91	139	113
X. Doenças do aparelho respiratório	222	277	197	187	167
XI. Doenças do aparelho digestivo	364	268	205	213	135
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	127	118	128	130	88
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	12	19	24	27	14
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	149	106	111	103	102
XV. Gravidez parto e puerpério	368	408	479	464	355
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	44	38	58	63	53
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	7	7	11	7	3
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	8	19	18	4	6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	123	128	86	128	120
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	30	15	10	11	13
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	1937	1886	1835	1911	1581

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 12/2021.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2016	2017	2018	2019
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	20	3	12	10
II. Neoplasias (tumores)	16	21	12	9
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1	1	2	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	13	14	12	6
V. Transtornos mentais e comportamentais	3	2	2	2
VI. Doenças do sistema nervoso	4	-	4	2
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	29	49	46	43
X. Doenças do aparelho respiratório	18	10	14	11
XI. Doenças do aparelho digestivo	11	8	8	9
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	-	-	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	1	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2	3	4	-
XV. Gravidez parto e puerpério	2	-	1	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1	2	2	6
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2	-	2	3
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	13	8	11	24
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	33	14	14	27
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	171	136	146	152

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET) Data da consulta: 12/2021.

4. DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	71.278
Atendimento Individual	15.770
Procedimento	14.580
Atendimento Odontológico	1.454

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	91	48.812,53
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	-	-	91	48.812,53

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)
e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 12/2021.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	6166	-
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
---	---	---

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 12/2021.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	2655	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	11999	19773,38	-	-
03 Procedimentos clínicos	128811	442016,75	750	311107,14
04 Procedimentos cirúrgicos	3913	12247,78	89	41516,99
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	122	18300,00	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	20	495,00	-	-
Total	147520	492832,91	839	352624,13

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 12/2021.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	927	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	25	-
Total	952	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Data da consulta: 12/2021.

5. REDE FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2021

REDE FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE ESTABELECIMENTOS				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA	0	0	6	6
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	0	0	1	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	1	1
POSTO DE SAÚDE	0	0	3	3
CENTRAL DE GESTÃO EM SAÚDE	0	0	1	1
CLÍNICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	1	0	1	2
UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0	0	1	1
Total	1	0	14	15

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 12/2021.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2021

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
MUNICÍPIO	14	0	0	14
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
ASSOCIAÇÃO PRIVADA	0	0	1	1
Total	14	0	1	15

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 06/05/2021.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 12/2021

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CB Os médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	0	0	7	22	55
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CB Os médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	21	9	28	56	8

Privada (NJ grupos 2 - exceto 201- 1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	2	0	0	8	0
---	--	----------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) Data da consulta: 12/2021.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2016	2017	2018	2019	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)						
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	119	118	109	107	
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2016	2017	2018	2019	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	4	12	12	12	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	56	97	138	181	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 12/2021.

7. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

Diretriz 1 - Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada.

Objetivo 1.1 - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso da atenção básica.

AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META 2021	% EXECUTADO
Ampliação de Unidades Básicas de Saúde	Nº de unidades da saúde ampliadas	Melhorar e adequar 100% a estrutura física, através da ampliação e reparos das unidades de atenção básica	30%
Reforma de Unidade Básica de Saúde	Nº de unidades da saúde reformadas e conservadas	Melhorar e adequar 100% a estrutura física, através de reforma e reparos das unidades básicas de saúde	50%
Construção de UBS	Nº de unidades construídas	Melhorar e adequar 100% a estrutura física, através da construção das unidades de atenção básica	20%
Atingir em 100% os indicadores do Previne Brasil	Nº de indicadores alcançados	100% da meta a ser atingida por indicador	40%

AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META 2021	% EXECUTADO
Construção de Academia da Saúde	Nº de unidades da saúde construídas	Melhorar e adequar a estrutura física, através da construção da Academia de Saúde	10%
Aquisição de equipamentos e material permanente para a Atenção Básica	Nº de equipamentos e material permanente adquiridos para a Atenção Básica	Equipar as unidades da Atenção Básica para ofertar a população ações e serviços de saúde com eficácia e eficiência	40%
Manutenção das ações e serviços públicos de saúde – custeio – Atenção Básica	Nº de unidades de saúde em pleno funcionamento	Garantir o atendimento das famílias nas unidades básicas de saúde	100%
Ações de saúde para enfrentamento da COVID-19	Nº de ações de enfrentamento da covid-19 na atenção básica	Aprimorar as informações dos números de casos e óbitos e estabelecer rotina de divulgação de informações epidemiológicas e de prevenção na atenção básica	100%

Objetivo 1.2 – Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política da atenção especializada.

AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META 2021	% EXECUTADO
Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde (HOSPITAL)	Nº de unidades da saúde reformadas e conservadas	Melhorar e adequar em 100% a estrutura física, através de reforma e reparos da Atenção Especializada em Saúde (HOSPITAL)	20%
Construção, ampliação de Unidades de Média e Alta Complexidade	Nº de unidades da saúde construídas e/ou ampliadas	Melhorar e adequar em 100% a estrutura física, através da construção e ampliação de unidades de Média e Alta Complexidade	20%
Aquisição de equipamentos e material permanente para a Média e Alta Complexidade	Nº de equipamentos e material permanente adquiridos para o Hospital Municipal	Equipar 100% o Hospital Municipal para ofertar a população ações e serviços de saúde com eficácia e eficiência	30%
Manutenção e encargos com o Laboratório Municipal	Nº de exames realizados por ano	Garantir o funcionamento em 100% adequado do laboratório municipal, ofertando ações e serviços aos pacientes que buscam diagnóstico	100%

AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META 2021	% EXECUTADO
Manutenção e encargos com o Centro de Fisioterapia	Nº de usuários atendidos Centro de Fisioterapia	Manter o funcionamento em 100% do centro de reabilitação	100%
Manutenção das ações e serviços públicos de saúde – custeio - MAC	Nº de atividades desenvolvidas pela Média e Alta Complexidade	Garantir o desenvolvimento pleno de todas as atividades realizadas na Média e Alta Complexidade	100%
Ações de saúde para enfrentamento da COVID - 19	Nº de ações de enfrentamento da covid-19 na média e alta complexidade	Aprimorar em 100% as informações dos números de casos e óbitos e estabelecer rotina de divulgação de informações epidemiológicas e de prevenção na média e alta complexidade	100%

Diretriz 7 – Redução dos riscos e

agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Objetivo 7.1 – Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.

AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META 2021	% EXECUTADO
Fiscalizar através de inspeções 100% dos estabelecimentos de saúde cadastrados	Proporção de serviços de saúde inspecionados, no mínimo, uma vez ao ano	Fiscalizar através de inspeções 100% dos estabelecimentos de saúde cadastrados	100%
Ampliar em 20% o número de inspeções em estabelecimentos de vendas e produção de alimentos cadastradas no SIVISA (Sistema de Informação em Vigilância Sanitária)	Número de inspeções realizadas ao ano de alimentos cadastradas no SIVISA.	Ampliar em 20% o número de inspeções em estabelecimentos de vendas e produção de alimentos cadastradas no SIVISA (Sistema de Informação em Vigilância Sanitária)	20%
Vacinar 100% dos grupos prioritário do Plano Nacional de Imunização para COVID 19.	Percentual de grupos definidos pelo PNI imunizados para COVID 19.	100%	100%
Manutenção e encargos coma Vigilância em Saúde	Nº de ações executadas na Vigilância em Saúde	Manter 100% as atividades da Vigilância em Saúde para desenvolver ações de controle, diagnóstico e prevenção	100%

AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META 2021	% EXECUTADO
Investigar e encerrar, oportunamente, 80% dos casos de agravos e doenças de notificação compulsória	Percentual de investigações de doenças de notificação compulsória encerradas oportunamente	80%	60%
Vacinar 95% das crianças menores de um ano com a vacina Pentavalente	Percentual de crianças menores de um ano vacinadas com a vacina Pentavalente	95%	85%
Vacinar 95% das crianças menores de um ano com a vacina Poliomielite	Percentual de crianças menores de um ano vacinadas com a poliomielite	95%	85%
Monitorar e investigar 100% dos surtos de doenças transmissíveis e demais emergências em saúde pública por meio da Vigilância em Saúde	Percentual de surtos de doenças transmissíveis e demais emergências em saúde pública investigados	100%	100%
Atingir em 100% os indicadores do PQAVS	Nº de indicadores alcançados	100% da meta a ser atingida por indicador	80%

Diretriz 8: Garantia da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Objetivo 8.1 - Ampliar a implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica HORUS como estratégia de qualificação da gestão da assistência farmacêutica no SUS.

AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META 2021	% EXECUTADO
Construção ampliação dos pontos de dispensação da Farmácia Municipal	Nº de unidades da Farmácia Municipal construídas e/ou ampliadas	Melhorar e adequar em 100% a estrutura física, através da construção e ampliação de unidades da Farmácia Municipal	60%
Aquisição equip. e mat. Permanentes para Farmácia Municipal	Nº de equipamentos adquiridos para a Farmácia Municipal	Equipar 100% a farmácia para ofertar a população ações e serviços de saúde com eficácia e eficiência e melhorar a qualidade do trabalho	85%
Manutenção das ações e serviços públicos de saúde – custeio – Assistência	Nº de medicamentos dispensados do componente básico	Garantir aos usuários 100% acesso aos medicamentos da REMUME	85%
Manter 100% atualizado os dados no Sistema de Gestão da Assistência Farmacêutica	Percentual de controle informatizado na distribuição e dispensação de medicamentos.	100%	100%

Diretriz 12 – Implementação de novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Objetivo 12.1 – Fortalecer os vínculos do cidadão, conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, educadores populares com o SUS.

AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META 2021	% EXECUTADO
Manutenção da gestão administrativa do SUS	Manter 100% as atividades administrativas da secretaria	Garantir 100% funcionamento pleno de todas as ações da secretaria municipal de saúde, com materiais e insumos	100%
Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	Nº de unidade administrativa mantida	Manter as atividades do conselho para fortalecer a participação social	100%
Manutenção e encargos com a Ouvidoria do SUS	Acompanhar, controlar e avaliar 100% das ações desenvolvidas pelas unidades de saúde	Garantir o funcionamento adequado das ações da ouvidoria do sus	85%
Garantir a elaboração dos instrumentos de planejamento do SUS, com apresentação para apreciação do Conselho Municipal de Saúde, conforme prazo determinado pelas legislações /SUS (Plano Municipal, Programação Anual e Relatórios de Gestão)	Instrumentos de planejamento executados	100%	100%

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

Condição que a Programação Anual de Saúde segue as diretrizes do processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme a Portaria nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre direitos e deveres dos usuários da saúde, organização e funcionamento do SUS, avaliamos que as ações e metas pactuadas em 2021 no município de João Lisboa, foram executadas com uma média de 70% do programado.

Ressaltamos que o acompanhamento e a avaliação das ações e serviços e seu impacto sobre as condições de saúde da população deve ser assumida como atribuição e responsabilidade de todas as instâncias do Conselho Municipal de Saúde e da Gestão Municipal, e essa gestão tem assumido esse compromisso.

Importante se faz mencionar o Programa Previne Brasil, o qual está vigente desde janeiro de 2020 através da Portaria nº 2.979 GM/MS/2019 e que as regras valem para as equipes de Saúde da Família, e o programa promove novas diretrizes para o funcionamento do SUS, reformulando estratégias de gestão e incentivando os gestores e as equipes a melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos do território.

Cumpramos destacar que monitorar e avaliar o desempenho da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e, primordialmente uma das ações desenvolvidas pelas equipes que atuam na atenção primária, principalmente quanto aos indicadores de desempenho, os quais foram definidos 21 (vinte e um) indicadores para o incentivo de pagamento por desempenho, na qual os 7 (sete) primeiros a serem trabalhados atendem às seguintes Ações Estratégicas: Pré-natal, Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Condições Crônicas, a escolha dessas áreas considerou a relevância clínica e epidemiológica das condições de saúde vinculadas. Os indicadores selecionados atendem a critérios como disponibilidade, simplicidade, granularidade, periodicidade, baixo custo de obtenção, adaptabilidade, estabilidade, rastreabilidade e representatividade dos dados utilizados no cálculo.

8. INDICADORES DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA

Os indicadores possibilitam a análise da situação atual dos serviços ofertados, assim como estimar a necessidade de melhorias e onde devem ser realizadas. Subsidiaria os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o acesso aos serviços da Rede de Atenção à Saúde.

Cabe enfatizar que a definição das intervenções (ações) a partir da pactuação interfederativa de indicadores retrata os compromissos dos entes federados na organização das ações e serviços de saúde no âmbito da região de saúde, com foco em resultados sanitários. Destaca-se ainda que os indicadores que compõem este rol devem ser considerados nos instrumentos de planejamento de cada ente (Planos Municipais de Saúde, Programações Anuais de Saúde e Relatórios de Gestão).

A Pactuação também é feita de forma regionalizada, através da Comissão Intergestores Regional (CIR) instância em que os gestores discutem, pactuam, monitoram e avaliam as intervenções definidas para a região de saúde, e definem as metas regionais e as responsabilidades de cada ente para o alcance das intervenções definidas.

Em agosto de 2021 a NOTA TÉCNICA Nº 20/2021-DGIP/SE/MS descreve que o processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi descontinuado com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.

A Nota Técnica nº 20 de 2021, do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa do MS que visa orientar os gestores acerca da Pactuação Interfederativa de Indicadores, no contexto de revogação da citada Resolução, não esclareceu o vazio na articulação dos compromissos de gestão e prioridades sanitárias entre as três esferas do SUS, enquanto não for finalizado o processo de planejamento regional integrado (PRI).

Diante deste contexto apresentamos abaixo as metas propostas para o ano de 2021 e o percentual de execução.

Indicadores de Pactuação

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2021	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	23	40%	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	90	70%	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	95	50%	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	75	80%	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	80	60%	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	88	70%	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	-	-	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	-	-	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	100%	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	100	50%	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,39	40%	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,20	40%	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	70	40%	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	21,73	30%	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	7	30%	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	2	100%	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	100	100%	Percentual

18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	-	90%	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	100	100%	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	100	60%	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	4	80%	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	95	80%	0

As metas acima indicadas foram propostas pela Secretaria de Estado da Saúde, e o percentual de execução calculado pelas áreas técnicas da SEMUS.

Nutrição										
Outras Subfunções	Corrente	1.486.061,89	3.983,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.490.044,89
	Capital	54.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.400,00
TOTAL		11.336.991,79	3.416.657,68	1.944.763,16	0,00	0,00	0,00	0,00	433.723,16	17.132.135,79

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 12/2021.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	2,63 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	95,22 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	15,21 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	94,87 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	31,64 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	28,20 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 724,95
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	69,92 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,97 %

2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	10,02 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	2,59 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	63,72 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	16,35 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 12/2021.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.220.000,00	1.220.000,00	1.944.771,11	159,41
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.000,00	10.000,00	18.561,09	185,61
IPTU	10.000,00	10.000,00	18.561,09	185,61
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	10.000,00	10.000,00	136.346,51	1.363,47
ITBI	10.000,00	10.000,00	136.346,51	1.363,47
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	800.000,00	800.000,00	954.983,59	119,37
ISS	800.000,00	800.000,00	954.983,59	119,37

Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	400.000,00	400.000,00	834.879,92	208,72
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.020.000,00	23.020.000,00	18.943.220,61	82,29
Cota-Parte FPM	17.500.000,00	17.500.000,00	14.487.635,59	82,79
Cota-Parte ITR	24.000,00	24.000,00	19.857,93	82,74
Cota-Parte do IPVA	600.000,00	600.000,00	668.666,80	111,44
Cota-Parte do ICMS	4.800.000,00	4.800.000,00	3.739.750,89	77,91
Cota-Parte do IPI - Exportação	48.000,00	48.000,00	27.309,40	56,89
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	24.240.000,00	24.240.000,00	20.887.991,72	86,17

Capital									
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.012.848,46	3.942.251,83	3.416.657,68	86,67	3.416.657,68	86,67	3.378.492,17	85,70	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs			DESPESAS EMPENHADAS (d)			DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)	
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)			3.416.657,68			3.416.657,68		3.378.492,17	
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			38.165,51			N/A		N/A	
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)			0,00			0,00		0,00	
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			0,00			0,00		0,00	

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)		3.416.657,68		3.416.657,68		3.378.492,17	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)						3.133.198,75	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)						N/A	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)		283.458,93		283.458,93		245.293,42	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)		0,00		0,00		0,00	
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		16,35		16,35		16,17	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))		
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)			
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EXER CÍCIO DO EMPE NHO ²	Val or Mí nim o par a apli caç ão em AS PS (m)	Valor aplic ado em ASPS no exerc ício (n)	Valo r aplic ado além do limit e míni mo (o) = (n - m), se	Tot al ins crit o em RP no exe rcí cio (p)	RPNP Inscrito s Indevid amente no Exercíc io sem Disponi bilidade Finance ira q = (XIII d)	Valo r insc rito em RP consi dera do no Limi te (r) = (p - (o + q)) se	T o t a l d e R P p a g a r (s)	Tot al de RP a pagar (t)	To tal de RP cancel ad os ou pres crito s (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empe nhos de 2020	3.133.198,75	3.416.657,68	283.458,93	38.165,51	38.165,51	0,00	0,00	38.165,51	0,00	321.624,44
Empe nhos de 2019	3.160.543,06	5.268.678,05	2.108.134,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.108.134,99
Empe nhos de 2018	3.066.061,69	3.184.571,66	118.509,97	0,00	101.801,85	0,00	0,00	0,00	0,00	220.311,82

Empe nhos de 2017	2.838. 329,84	4.701. 547,0 7	1.863. 217,23	0,00	0,00	0 , 0 0	0, 00	0 , 0 0	0 , 0 0	1.863.217,23
Empe nhos de 2016	3.002. 679,78	4.619. 400,6 9	1.616. 720,91	0,00	0,00	0 , 0 0	0, 00	0 , 0 0	0 , 0 0	1.616.720,91
Empe nhos de 2015	2.474. 346,35	3.258. 712,5 8	784.36 6,23	0,00	0,00	0 , 0 0	0, 00	0 , 0 0	0 , 0 0	784.366,23
Empe nhos de 2014	2.416. 949,02	2.880. 642,5 2	463.69 3,50	0,00	0,00	0 , 0 0	0, 00	0 , 0 0	0 , 0 0	463.693,50
Empe nhos de 2013	2.106. 962,79	2.360. 112,1 1	253.14 9,32	0,00	0,00	0 , 0 0	0, 00	0 , 0 0	0 , 0 0	253.149,32
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)						0,00
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))	
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100		
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	13.065.000,00	13.065.000,00	10.907.454,52			83,49
Provenientes da União	12.870.	12.870.	10.356.			80,47

			000,00	000,00	473,79				
Provenientes dos Estados			195.000,00	195.000,00	550.980,73		282,55		
Provenientes de Outros Municípios			0,00	0,00	0,00				0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)			0,00	0,00	0,00				0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)			40.000,00	40.000,00	8.572,21				21,43
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)			13.105.000,00	13.105.000,00	10.916.026,73				83,30
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	8.625.440,92	8.839.206,67	7.690.409,53	87,00	7.690.409,53	87,00	7.428.588,88	84,04	0,00
Despesas Correntes	7.823.690,93	8.263.640,48	7.529.887,97	91,12	7.529.887,97	91,12	7.268.067,32	87,95	0,00
Despesas de	801.74	575.566,	160.5	27,	160.521,56	27,89	160.521,56	27,89	0,00

Capital	9,99	19	21,56	89					
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	5.064.354,64	5.403.483,15	3.846.204,97	71,18	3.846.204,97	71,18	3.837.928,28	71,03	0,00
Despesas Correntes	4.668.083,46	4.928.810,97	3.617.804,97	73,40	3.617.804,97	73,40	3.609.528,28	73,23	0,00
Despesas de Capital	396.271,18	474.672,18	228.400,00	48,12	228.400,00	48,12	228.400,00	48,12	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	270.000,00	228.931,20	107.433,60	46,93	107.433,60	46,93	107.433,60	46,93	0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	416.347,30	1.982.409,49	1.540.461,89	77,71	1.540.461,89	77,71	1.540.461,89	77,71	0,00
Despesas Correntes	393.307,58	1.884.749,77	1.486.061,89	78,85	1.486.061,89	78,85	1.486.061,89	78,85	0,00
Despesas de Capital	23.039,72	97.659,72	54.400,00	55,70	54.400,00	55,70	54.400,00	55,70	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	15.031.142,86	17.269.473,63	13.715.478,11	79,42	13.715.478,11	79,42	13.292.828,04	76,97	0,00
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	

TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES									
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.247.644,20	11.327.421,79	9.995.981,04	88,25	9.995.981,04	88,25	9.732.085,39	85,92	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	6.329.999,63	6.754.873,52	4.944.508,14	73,20	4.944.508,14	73,20	4.900.140,94	72,54	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	300.000,00	233.931,20	107.433,60	45,93	107.433,60	45,93	107.433,60	45,93	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV)	450.000,15	628.714,42	539.768,12	85,85	539.768,12	85,85	387.215,39	61,59	0,00

= (VIII + XXXVI)									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	250.000,00	234.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	466.347,34	2.032.409,53	1.544.444,89	75,99	1.544.444,89	75,99	1.544.444,89	75,99	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	19.043.991,32	21.211.725,46	17.132.135,79	80,77	17.132.135,79	80,77	16.671.320,21	78,59	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	2.984.763,20	2.994.226,32	2.378.486,32	79,44	2.378.486,32	79,44	2.378.486,02	79,44	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS	16.059.228,12	18.217.499,14	14.753.649,47	80,99	14.753.649,47	80,99	14.292.834,19	78,46	0,00

(XLVIII)								
----------	--	--	--	--	--	--	--	--

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2020 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	10122501821C0 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	214624	214624
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10122501821C0 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	3041496.67	3041496.6
	10301501920YI - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	2315.62	2315.62
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	4138348.23	4138348.2
	1030150192E89 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	400000	400000
	1030220158585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	151900.11	151900.11
	1030250182E90 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	200000	200000

(CUSTEIO)	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	1670901.21	1670901.2
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	140610.36	140610.36
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16014.7	16014.7
	10305201520AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10000	10000
	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	267251.29	267251.29
	10422502120YM - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO - NACIONAL	8400	8400

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal, conforme artigo 58 da Lei 4320/64.

9.5.Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	
Descrição do recurso	Valor do Recurso
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	2.616.933,60
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS	2.616.933,60

(COVID-19)

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.484.500,20	2.704.640,20	2.704.640,20
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	3.484.500,20	2.704.640,20	2.704.640,20

10. AUDITORIAS

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias. Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS) Data da consulta: 12/2021.

11. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

No Relatório de Gestão de 2021, está explícito o cumprimento dos objetivos e das metas contidas na pactuação dos indicadores da Atenção Primária, a aplicação dos recursos próprios e do SUS no exercício de 2021 através do recibo do SIOPS e dos relatórios das Audiências Públicas realizadas junto à comunidade no decorrer do ano de 2021, comprovando os resultados alcançados e o funcionamento dos serviços em saúde no âmbito municipal de todos os departamentos envolvidos da Secretaria Municipal de Saúde de João Lisboa/MA. Vale ressaltar que o Relatório de Gestão Anual é o instrumento de gestão que deve ser apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e enviado ao Estado e Ministério da Saúde através do DIGISUS, onde o mesmo encontra-se disponível e aprovado através da Resolução nº 05 de 10 de Março de 2022.

12. RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Mesmo com a segunda onda apresentada pela COVID – 19 , tem-se uma expectativa que o próximo ano, com a ampliação da vacinação para COVID 19, e a população já imunizada, consiga-se realizar mais programas de prevenção e promoção da saúde, que as metas pactuadas sejam alcançadas dentro do município, a fim de fundamentar as ações a serem realizadas e maximizar os resultados positivos já alcançados até o momento. A programação anual de saúde segue na mesma linha de planejamento, servindo de norte para as ações em saúde. É necessário preservar os vínculos com o Conselho Municipal de Saúde, que tem caráter permanente e deliberativo, sendo sua atuação de fundamental importância para os andamentos dos trabalhos, o que permite a construção de resultados positivos, agregando valor as ações da Secretaria Municipal de Saúde.